

A atividade industrial avançou pelo quarto mês seguido em agosto

Emprego formal do RS demonstra recuperação

Meta flexível para um orçamento inflexível

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A atividade industrial gaúcha avançou pelo quarto mês seguido em agosto

O setor deve continuar em recuperação nos próximos meses

A pesquisa Indicadores Industriais do RS de agosto, realizada pela FIERGS, mostrou que a alta de 4,1% do Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS) em relação a julho, feito o ajuste sazonal, manteve a trajetória de recuperação iniciada em maio, depois do piso histórico atingindo no mês anterior. Apesar da sequência positiva (+24,7%), o índice ainda precisa crescer 5,6% para voltar ao nível de fevereiro de 2020.

A abertura do IDI/RS no mês mostrou que apenas o faturamento real caiu no período (-3,4%), numa acomodação do componente que exibiu a trajetória de recuperação mais intensa (+44,8% nos três meses anteriores). Os demais tiveram resultados positivos: compras industriais (+3,7%), horas trabalhadas na produção (+3,4%), utilização da capacidade instalada-UCI (+2,3 p.p.), emprego (+1,9%), terceira alta seguida e recorde, e massa salarial real (+2,0%).

O IDI/RS, porém, continuou caindo nas comparações interanuais: -4,6% ante agosto de 2019 (11ª queda consecutiva nessa métrica) e -9,6% no acumulado de janeiro a agosto de 2020 ante o mesmo período do ano passado. A retração acumulada no ano é comum a todos os componentes do índice, sendo nas compras industriais (-15,9%) mais acentuada. O faturamento real (-10,0%), as horas trabalhadas na produção (-10,8%) e a massa salarial real (-9,8%) apresentam recuos similares, enquanto que, na UCI (-6,2 p.p.) e no emprego (-2,9%), as reduções são menos intensas.

Ainda na comparação com 2019, a queda da atividade industrial gaúcha foi generalizada no acumulado até agosto, atingindo 11 dos 16 setores pesquisados. Veículos automotores exercem o maior impacto negativo, ao cair 20,1%, juntamente com Couros e calçados (-25,1%), Tabaco (-15,6%) e Máquinas e equipamentos (-9,1%). Já as altas mais importantes vieram dos setores de Alimentos (+3,5%), Produtos de metal (+1,2%) e Bebidas (+1,4%).

Os resultados da pesquisa Indicadores Industriais do RS de agosto mostraram a continuidade do processo de retomada, impulsionado pelo paulatino afrouxamento das medidas de enfrentamento à pandemia, as mesmas que no seu ápice levaram às perdas históricas, ainda não recuperadas. A base muito deprimida, os programas emergenciais de estímulos do governo e a queda dos juros também explicam esse cenário.

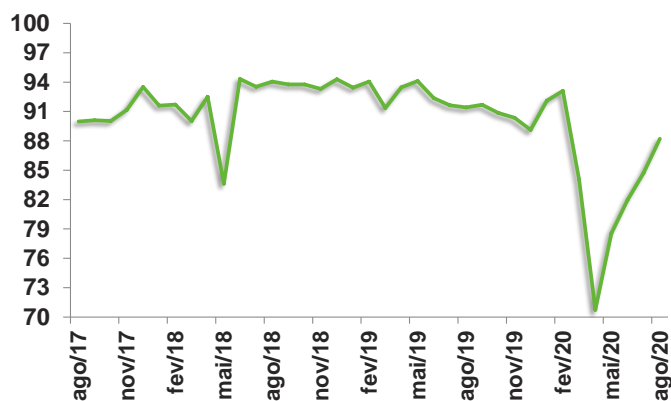
As expectativas positivas para os próximos meses persistem assim como as incertezas. A indústria gaúcha deve continuar em recuperação, acompanhando a economia brasileira. Dependente da retomada da demanda doméstica, porém, o ritmo deve ser menor diante do desemprego elevado, da perda de renda, da redução do auxílio emergencial e do risco fiscal deixado pelo combate à crise, num cenário inda indefinido para doença. A demanda externa, com a crise econômica mundial, também não deve ajudar.

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul (Variações em % – agosto de 2020)

	Variação %		
	Mês anterior*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	4,1	-4,6	-9,6
Faturamento real	-3,4	-3,9	-10,0
Horas Trabalhadas na produção	3,4	-5,4	-10,8
Emprego	1,9	-2,0	-2,9
Massa salarial real	2,0	-10,7	-9,8
UCI (em p.p.)	2,3	-5,2	-6,2
Compras Industriais	3,7	-2,5	-15,9

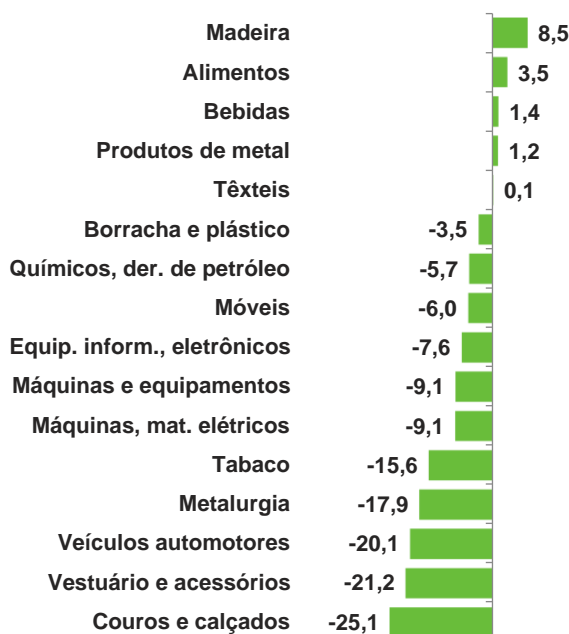
* Dessazonalizado

Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS) (Índice base fixa mensal: 2006=100)



Série dessazonalizada.

Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS – Setorial (Variação jan-ago 2020/19 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.

Emprego formal no RS demonstra recuperação

A retomada das atividades no Rio Grande do Sul parecem estar ganhando tração, de acordo com os dados do Novo CAGED, do Ministério da Economia. Em agosto, o RS gerou 7,2 mil postos formais de trabalho, resultado decorrente de 72,2 mil admissões e 65,0 mil desligamentos. Após as fortes quedas de março a junho, esse foi o segundo mês seguido de geração de emprego, montante quase quatro vezes superior ao observado em julho (+1,9 mil). O resultado contrariou a sazonalidade negativa do mês, com um saldo bem superior a agosto de 2019 (-1,9 mil). As admissões caíram 18,1%, enquanto as demissões, 27,8%.

Entre os grandes setores, o crescimento do emprego formal em agosto foi puxado pela Indústria (+4,8 mil), que responde por quase dois terços do total. Agropecuária (+296) e Serviços (+2,1 mil) também apresentaram bons números, sendo este puxado pelo desempenho do Comércio (+2,2).

O resultado positivo da Indústria é consequência tanto do saldo observado na Transformação (+3,7 mil), quanto na Construção (+1,2 mil). Das 24 atividades que compõem o segmento da Indústria de Transformação, o emprego cresceu em 19, com destaque para Produtos de Metal (+1,5 mil), Borracha e Plástico (+898), Máquinas e equipamentos (+891), Alimentos (+791) e Móveis (+742). Por outro lado, os destaques negativos são as perdas sazonais na indústria tabagista (-3,2 mil) e as demissões em Veículos automotores (-132).

Meta flexível para um orçamento inflexível

No final de agosto, o Executivo encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2021. Com uma receita total, líquida das transferências constitucionais, estimada em R\$ 1.283,2 bilhões (16,7% do PIB) e despesas primárias totais em R\$ 1.516,8 bilhões (19,8 % do PIB), a projeção de déficit primário do Governo Central é de R\$ 233,6 bilhões (-3% do PIB), caminhando assim para o oitavo ano consecutivo de contas no vermelho.

Uma das novidades será a meta de resultado primário flexível. Ou seja, apesar do PLOA estimar um resultado primário de -3% do PIB, a meta será dada pela diferença entre a estimativa de receita primária e o teto de gastos, este acrescido das despesas não sujeitas à regra. Nesse arcabouço, a meta pode variar livremente conforme as novas expectativas de receitas e despesas primárias, além de não depender do Congresso para ser alterada, como é atualmente.

A justificativa do Governo reside na incerteza do momento, já que, devido aos impactos da pandemia sobre a atividade, é difícil traçar expectativas confiáveis para a trajetória das receitas, tanto para 2020, quanto para 2021, pois a extensão e o alcance da epidemia ainda são incertos. Assim, com uma meta fiscal flexível, restam apenas o teto dos gastos e a regra de ouro como âncoras para a política fiscal.

No período da pandemia (mar-ago/20), a economia gaúcha acumula uma perda de 125,0 mil empregos formais (-132,2 mil até julho). Na Transformação, a extinção de vagas no período é de 35,4 mil, tendo as indústrias de Couro e Calçados (-22,4 mil), Veículos automotores (-2,9 mil) e Vestuário e Acessórios (-2,2 mil) como as mais atingidas pela crise. Com o resultado de agosto, a destruição total de postos de trabalho em 2020 alcançou 88,6 mil no RS, montante que chega a 84,7 mil nos últimos 12 meses.

De acordo com a Sondagem Industrial/RS, as expectativas de emprego na Indústria apontam para um leve aumento de empregados para o próximo semestre. Em setembro/20, o índice foi de 57,4 pontos, acima do observado em agosto/20 (53,9 pontos). Como o índice está acima da marca de estabilidade (50 pontos), há perspectiva de aumento de empregos. A Sondagem da Construção/RS, por sua vez, voltou a indicar crescimento para os próximos seis meses: o índice subiu de 46,1 em julho para 54,3 pontos em agosto/20.

O movimento do RS segue o nacional. O Brasil criou 249,4 mil postos de trabalho em agosto. O saldo do mês foi o melhor para um agosto desde 2010, registrando uma cifra quase 77% maior do que julho (141,2 mil). O resultado fortalece a recuperação da atividade no País, que perdeu 849,3 mil vagas nos oito primeiros meses do ano, mesmo com o saldo positivo de 342,2 mil vagas no primeiro bimestre do ano.

De fato, com tal flexibilidade, a característica de super âncora dada à regra do teto ganha ainda mais sentido. Porém, apesar da regra impedir uma dinâmica ainda mais adversa para a dívida pública, é importante aqui recordar que o que impacta sua trajetória é o resultado primário, e não o nível de despesa. Portanto, a elevada incerteza quanto às contas públicas decorrente desse sistema acaba influenciando negativamente as projeções do endividamento.

A situação fica mais delicada quando se considera o caráter engessado do orçamento. Desconsiderando os gastos financeiros e as transferências constitucionais aos demais entes, 74,4% das despesas primárias da União se concentram nas áreas de Previdência, Assistência, Saúde e Educação; somente a Previdência Social domina 53,5% dos gastos.

As consequências desse orçamento pouco flexível já são conhecidas: na dificuldade em realizar o ajuste fiscal, este se concentra em áreas menos protegidas do orçamento, como os investimentos em transporte e saneamento. Tais funções da despesa já caíram 50,8% e 86,1%, respectivamente, em comparação a 2010.

Portanto, mesmo considerando-se a importância do teto de gastos, sem a realização de reformas estruturais, que tragam eficiência e racionalidade para as contas públicas, e sem crescimento, não haverá ajuste fiscal.